



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**15/04/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. SEGURANÇA.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. SEGURANÇA.....	2
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. CORREGEDOR.....	3
3.2. DECISÕES.....	4 - 5
3.3. JUÍZES.....	6
3.4. SELETIVOS.....	7 - 8
3.5. TURMAS RECURSAIS.....	9

## Treinamento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, recebeu um grupo de magistrados maranhenses que foi aos Estados Unidos para curso de segurança pessoal e em ambiente de trabalho.

O treinamento foi ministrado por policiais da SWAT, unidade da polícia norte-americana especializada em situações de risco e emergência.

O Maranhão é um dos primeiros estados no país a adotar esse procedimento, que Guerreiro Júnior conheceu ano passado, no Rio.

A segunda turma de desembargadores e juízes retornou a São Luís no final de semana.

**3** Já está de malas prontas a nova turma de juízes, desembargadores e funcionários graduados do Judiciário maranhense, que vai a Orlando (Flórida EUA) fazer curso de defesa pessoal. O TJ contratou a US Police Instructor Teams para ensinar os magistrados, ameaçados de morte no Maranhão, a enfrentar eventuais criminosos. A primeira turma, de 21 togados, já retornou e está pronta para o que der e vier.

## Corregedor-geral da Justiça do Maranhão coordena mesa de trabalho no 62o Encoge

Durante a sua participação no 62o Encoge – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil –, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, coordenou os trabalhos que definiram o texto final do novo estatuto do Colégio Permanente de Corregedores-gerais (CCOGE). O Encoge ocorreu na quinta e sexta-feira, dias 11 e 12 de abril, em Ouro Preto (MG).

Segundo o corregedor Cleones Cunha, com a aprovação do novo estatuto, ficou estipulado que o

Colégio Permanente de Corregedores-gerais trabalhará, entre outros objetivos; com vistas a aperfeiçoar e melhorar a prestação jurisdicional e os serviços extrajudiciais, fixando diretrizes, uniformando métodos e critérios administrativos, respeitando, entretanto, as peculiaridades e a autonomia das Corregedorias Gerais de Justiça dos Estados.

Também foi decidido que o Colégio de Corregedores-gerais deve manter o incentivo e o intercâmbio de boas práticas adotadas pelas Corregedorias estaduais, visando

sempre a celeridade processual e a aproximação da Justiça com a população. Com esse objetivo, o estatuto estipula, ainda, a utilização dos recursos das Corregedorias para estimular, aprimorar e fiscalizar ações de políticas públicas e de inclusão social.

“O estatuto do Colégio de Corregedores-gerais estipula ações importantes para o avanço da Justiça no país, buscando o bem social e valorizando o intercâmbio das boas práticas. Foi um momento bastante significativo”, declarou o Des. Cleones Cunha.

# Casa de ex-prefeito é alvejada por diversos disparos de arma de fogo

**ÚLTIMA PÁGINA**

## TIROTEIRO EM GONÇALVES DIAS

# Casa de ex-prefeito é alvejada por diversos disparos de arma de fogo

A Polícia Civil está tentando, desde a madrugada de ontem, identificar e prender os dois homens que, a bordo de uma motocicleta, alvejaram com diversos tiros a residência do ex-prefeito do município de Gonçalves Dias, Vadilson Dias, que até a gestão passada era um dos integrantes da diretoria da Federação dos Municípios do Maranhão (Famem).

Policiais que estiveram no local informaram que sete tiros atingiram a casa do ex-prefeito; quatro à residência de uma professora, que é sobrinha de Valdilson Dias; e dois o imóvel de outra docente, cunhada do ex-prefeito. Outros projéteis alvejaram a casa de um professor. Segundo a polícia, o ex-prefeito estava em São Luís no momento em que ocorreu o atentado.

Investigações preliminares da polícia estão sendo direcionadas para a comemoração de uma decisão judicial, com a qual fora anulada a transferência de dezenas de professores lotados na sede do município para escolas situadas em povoados da zona rural. A acirrada disputa política no município, segundo a polícia, pode ter motivado o atentado.

# AMMA propõe audiências públicas para mostrar produtividade dos juizes

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) iniciou uma campanha para estimular os juizes do Maranhão a realizarem audiências públicas em suas comarcas, com o objetivo de mostrar à sociedade o trabalho realizado no que tange à prestação jurisdicional, com a divulgação de dados que demonstrem compromisso com a justiça rápida e eficaz. As audiências também são uma forma de dar uma resposta ao projeto "Presença do Juiz na Comarca", lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ).

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, explicou que o projeto lançado pela Corregedoria do CNJ, além de retirar

do juiz, que é o gestor da Vara, a capacidade de administrar o seu tempo, o que é inconcebível, passa para a sociedade a ideia equivocada de que o juiz só trabalha quando realiza audiências, quando, na verdade, boa parte do trabalho do juiz consiste em sentenciar, despachar e estudar os autos, tarefas que podem ser realizadas no gabinete ou em outro ambiente no qual haja condição necessária.

De acordo com Gervásio, as audiências públicas preconizadas pela AMMA visam fazer justamente os esclarecimentos necessários quanto ao trabalho desenvolvido pelos magistrados à sociedade e aos advogados locais. "Em muitas situações a agilidade

do processo não depende exclusivamente do juiz, até porque o magistrado é apenas um dos atores processuais. O processo, para funcionar, depende das partes, dos advogados e dos promotores".

Gervásio Santos esclareceu que é extremamente preocupante a postura adotada pela Corregedoria Nacional de Justiça em exortar a OAB a denunciar os juizes, pois muitas das vezes a lentidão dos processos se deve à lentidão do próprio advogado.

Outro ponto observado pelo presidente da AMMA é que advogados insatisfeitos com decisões proferidas poderão utilizar o poder conferido pela Corregedoria para dar vazão a denúncias

infundadas.

O presidente da AMMA complementou, ainda, que se essa prestação jurisdicional não se dá com celeridade, os fatores são completamente alheios à vontade do juiz. Ele disse ter certeza de que o diálogo franco e aberto com a população permitirá esclarecer eventuais dúvidas e combater a equivocada ideia de que a morosidade judicial decorre da falta de trabalho do juiz. "Os fatores são outros e muito mais complexos, de maneira que simplificar a questão apenas com o projeto que tenha mais apelo midiático do que prático não é a solução para se alcançar a desejada qualidade e rapidez que todos esperamos da Justiça brasileira", argumentou.

## **Resultado da 1ª etapa do concurso de juiz será divulgado nesta segunda**

O Cespe/UNB divulga hoje o resultado da primeira etapa do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com o total de candidatos habilitados para a segunda etapa do certame, de 3 a 5 de maio. Os gabaritos estão divulgados nos sites do Cespe ([www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)) e do TJMA ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)).

## Resultado da primeira etapa do concurso de juiz será divulgado nesta segunda-feira (15)

O Cespe/UNB divulga nesta segunda-feira (15) o resultado da primeira etapa do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com o total de candidatos habilitados para a segunda etapa do certame, de 3 a 5 de maio. Os gabaritos serão divulgados nos sites do Cespe ([www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)) e do TJMA ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)).

Estão em disputa no concurso da Corte estadual de Justiça, 31 vagas e formação de cadastro

de reserva. Na primeira etapa, em 3 de março, 928 candidatos faltaram à prova objetiva, ou seja, 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados para o seletivo. Eles enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu).

A nova fase, em maio, tem caráter eliminatório e relaciona prova escrita discursiva, no primeiro dia, e prova escrita prática de sentença Civil e Criminal nos outros dois. De acordo com o edital, a prova discursiva terá cinco questões e a de sentença, duas.

## Pauta Zero Recursal julga mais de 15 mil recursos em quatro edições

Em sua 4ª edição, o Pauta Zero Recursal julgou mais de 2,5 mil recursos de Juizados Especiais, referentes a processos físicos que aguardavam por decisão. O mutirão coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça, nas quatro edições realizadas – três em 2012 e uma em 2013 –, conseguiu diminuir em mais de 15 mil o acervo de processo físicos que aguardavam por julgamento.

Foram 17 juízes de diferentes comarcas do Maranhão trabalhando nos cinco dias de mutirão Pauta Zero, auxiliados por assessores e servidores da Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais. As audiências ocorreram no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.

Divididos em cinco Turmas Recursais Temporárias, criadas desde a primeira edição do mutirão, os magistrados julgaram processos contra empresas de telefonia, fornecimento de energia elétrica, empréstimos consignados entre outros processos de competência dos Juizados Especiais. Ao todo, foram colocados em pauta 2.687 recursos.

“Sem o empenho dos magistrados esse trabalho que está dando excelentes resul-

tados não seria possível”, declarou o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, durante reunião com os juízes participantes desta 4ª edição.

O Pauta Zero Recursal foi criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, no início da gestão do Des. Cleones Cunha, diante da realidade encontrada nas Turmas Recursais de São Luís: um grande número de recursos em processos físicos, que somado aos recursos de processos virtuais do Projudi chegava a um acervo de mais de 20 mil recursos no aguardo para julgamento.

Resultados – Com o trabalho realizado no Pauta Zero Recursal, restou nas cinco Turmas Recursais de São Luís apenas mil recursos de processos físicos para serem autuados, que, de acordo com a Coordenação dos Juizados Especiais, foram os últimos processos remetidos por comarcas do interior do Estado às Turmas de São Luís. “Estes processos já começarão a ser distribuídos entre as novas Turmas Recursais – as regionais –, que deverão ser instaladas nos próximos 60 dias”, pontuou o corregedor

Cleones Cunha.

Ainda segundo a Coordenação dos Juizados Especiais, existem cerca de 9 mil recursos de processos virtuais do Projudi para serem julgados. E para diminuir esse volume dos recursos virtuais, uma 5ª edição do Pauta Zero Recursal já está marcada para o início de junho (3 a 7). Deverão ser colocados em pauta mais de dois mil recursos virtuais.

Os julgamentos realizados nas edições do Pauta Zero Recursal ainda resultam em, alguns casos, em embargos de declaração, que também são julgados no projeto. Os embargos serão colocados em pauta na próxima edição de junho, a exemplo do que ocorreu em junho de 2012, quando, aproximadamente, 1.600 embargos de declaração foram julgados pelas Turmas Recursais Provisórias do Pauta Zero.

“Ao julgar esses processos, o projeto cumpre sua função e promove um avanço no sistema dos Juizados Especiais”, disse a juíza Mirella Cezar Freitas, titular da Comarca de Olho d’Água das Cunhãs, que coordenou os trabalhos da 4ª edição do mutirão, tendo participado do projeto desde a sua criação.